

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

Entre sexo e gênero:

Compreensão e não explicação



Atena
Editora
Ano 2021

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

Entre sexo e gênero:

Compreensão e não explicação



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Entre sexo e gênero: compreensão e não explicação

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E61 Entre sexo e gênero: compreensão e não explicação /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. - Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-542-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.423210610>

1. Sexualidade. 2. Gênero sexual. I. Ferreira, Ezequiel
Martins (Organizador). II. Título.

CDD 613.96

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Entre sexo e gênero: Compreensão e não explicação*, reúne nove artigos discutindo questões relativas ao modo como a sexualidade e a identidade de gênero tem sido trabalhado atualmente por diversas áreas.

No artigo *A categoria gênero e as teorias feministas pós-coloniais*, o autor discute como a categoria gênero se insere nos estudos feministas situados dentro da teorização do decolonialismo.

Nos artigos *Gênero e Sexualidade: Debates e Embates Educacionais*; *A Sexualidade Infantil e a Educação: Diálogos Ocultos*; *Consentimento Como Tema Dentro da Educação Sexual* e *Representaciones Sociales de género en estudiantes de educación superior. Estudio de caso en una universidad pública mexicana* os autores discorrem como as categorias de gênero e sexualidade são vistos e trabalhados no ambiente educacional desde os anos iniciais até o ensino superior.

Em *Procedimento de Redesignação de Sexo: Atuação da Equipe Multidisciplinar, Com Vistas a Implementar o Direito a Saúde de Pessoas Transgêneros*, os autores apontam para a importância da equipe multiprofissional durante o processo de redesignação de sexo, como aliados à uma possível redução de danos.

No artigo *Adoção Por Casais Homoafetivos em Aracaju - SE: Percepções dos Pais e Mães Adotivos a Respeito do Processo*, os autores apresentam os resultados de três entrevistas a fim de evidenciar as experiências de adoção por casais homoafetivos na cidade de Aracaju.

Em *A Mulher e a Mulher da Relação: Como discursos hegemônicos constroem expressões do ser sapatão*, a autora discute a representação de gênero em relacionamentos homoafetivos femininos.

E por fim em *A Culpa é Sempre da Mulher! A Fuga da Personagem Lydia Bennet Transposta Para uma Websérie*, a autora analisa como a fuga da personagem Lydia é adaptada para uma websérie e as repercussões dessa ação.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CATEGORIA GÊNERO E AS TEORIAS FEMINISTAS PÓS-COLONIAIS

Altair Bonini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4232106101>

CAPÍTULO 2..... 14

GÊNERO E SEXUALIDADE: DEBATES E EMBATES EDUCACIONAIS

Erika Suyanne Sousa Silva

Naildo Santos Silva

Evandro Nogueira de Oliveira

Marcos Antonio Araújo Bezerra

Edna Ferreira Pinto

Maria Mariana Ferreira Gonçalves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4232106102>

CAPÍTULO 3..... 29

A SEXUALIDADE INFANTIL E A EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS OCULTOS

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4232106103>

CAPÍTULO 4..... 37

CONSENTIMENTO COMO TEMA DENTRO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Anna Beatriz Hermans

Beatriz Aissa

Natália da Cruz Mello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4232106104>

CAPÍTULO 5..... 48

REPRESENTACIONES SOCIALES DE GÊNERO EN ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN SUPERIOR. ESTUDIO DE CASO EN UNA UNIVERSIDAD PÚBLICA MEXICANA

Cirila Cervera Delgado

Mireya Martí Reyes

Enoc Obed De la Sancha Villa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4232106105>

CAPÍTULO 6..... 61

PROCEDIMENTO DE REDESIGNAÇÃO DE SEXO: ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, COM VISTAS A IMPLEMENTAR O DIREITO A SAÚDE DE PESSOAS TRANSGÊNEROS

Marlene Cristina de Sales Almeida Aguiar

Thiago Luiz Sartori

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4232106106>

CAPÍTULO 7	81
ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS EM ARACAJU - SE: PERCEPÇÕES DOS PAIS E MÃES ADOTIVOS A RESPEITO DO PROCESSO	
Edson José de Oliveira	
Carla Rezende Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4232106107	
CAPÍTULO 8	93
A MULHER E A MULHER DA RELAÇÃO: COMO DISCURSOS HEGEMÔNICOS CONSTROEM EXPRESSÕES DO SER SAPATÃO	
Camila Fernanda Vaneti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4232106108	
CAPÍTULO 9	101
A CULPA É SEMPRE DA MULHER! A FUGA DA PERSONAGEM LYDIA BENNET TRANSPOSTA PARA UMA WEBSÉRIE	
Daiane da Silva Lourenço	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4232106109	
SOBRE O ORGANIZADOR	113
ÍNDICE REMISSIVO	114

CAPÍTULO 1

A CATEGORIA GÊNERO E AS TEORIAS FEMINISTAS PÓS-COLONIAIS

Data de aceite: 01/10/2021

Altair Bonini

Doutorando em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGH – UFSC.

Orientadora: prof^a Dr.^a Joana Maria Pedro

RESUMO: A utilização da categoria gênero nos Estudos Feministas provocou discussões, avanços e algumas preocupações. Sua compreensão e formas de usos demandaram intensos debates nos quais foram apresentados dúvidas e novas reformulações. A questão da despolitização dos Movimentos positivistas tornou-se uma questão fundamental. Novas teorias feministas surgiram neste contexto e vem influenciando de forma positiva a crítica feminista, trata-se das teorias pós-coloniais e o giro decolonial. A proposta do presente trabalho é apresentar alguns apontamentos sobre os estudos pós-coloniais e as teorias feministas, com base nas contribuições de Ella Shohat, Gayatri Chakravorty Spivak, Chandra Talpade Mohanty entre outras. Também me empenho em indicar como o uso da categoria gênero se insere dentro destes estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; teorias feministas, pós-colonial; decolonial.

THE GENDER CATEGORY AND POSTCOLONIAL FEMINIST THEORIES

ABSTRACT: The application of the genders

category in feminist studies has provoked debates, advancements, and some concerns. Its understanding and function demanded intense debates that shown hesitation and new reformulations were raised. The depolarization of feminist movements became a fundamental dilemma. New feminist theories emerged in this context and start to positively influence the feminist critique, those are the postcolonial and the decolonial turn. The purpose of this paper is to present notes on postcolonial studies and feminist theories, based on the works of Ella Shohat, Gayatri Chakravorty Spivak, Chandra Talpade Mohanty, among others. And also to indicate how the use of the gender category fits in these studies.

KEYWORDS: Gender, feminist theories, postcolonial, decolonial.

1 | INTRODUÇÃO

Discutir as teorias feministas é algo muito difícil, pois demanda um vasto conhecimento dos percursos teóricos que o campo vem passando há pelo menos 30 anos. Ainda mais por ser homem e não ter conhecimento pessoal e de experiência prática de militância. Reconheço a minha impossibilidade e o equívoco de tentar falar pelas mulheres. Os privilégios que nossa cultura concede aos homens nos colocam em uma distância muito grande que mesmo estando ao lado de suas demandas e lutas não posso me colocar na posição daquele que fala. No entanto, isso não é pretexto para não debater e

não se informar. Só assim paramos de naturalizar as coisas e reconhecemos, de fato, as desigualdades e as opressões. Estar ao lado de mulheres militantes feministas é lutar por um mundo mais justo para mulheres e homens.

Apontado o lugar de onde falo, proponho neste trabalho apresentar alguns apontamentos entre os estudos pós-coloniais e as teorias feministas, bem como, indicar como o uso da categoria gênero se insere dentro destes estudos.

O texto está dividido em três partes nas quais primeiramente discuto o surgimento da categoria de gênero e como esta passou a ser utilizada causando algumas críticas. Na segunda parte destaco a origem do pós-colonial e interfaces com os estudos feministas. Finalmente apresento o giro decolonial e as categorias que possibilitam novas perspectivas teóricas e metodológicas.

2 | MULHER, MULHERES E GÊNERO E AS TEORIAS FEMINISTAS

Após a década de 1960, os movimentos sociais de mulheres e as feministas, preocuparam-se, além de se dedicarem com as questões sociais e políticas, em elaborar questões teóricas para assim, entender e explicar melhor, como as diferenças entre homens e mulheres eram estruturadas, legitimadas e reproduzidas socialmente. Estas discussões, aos poucos passaram dos movimentos sociais para as universidades, pelas mãos de pesquisadoras e pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento, principalmente das Ciências Humanas, passaram a utilizar várias categorias de análise, até então ausentes das produções científicas. Neste contexto, desde o início as questões teóricas elaboradas por representantes dos movimentos e pesquisadoras/es estavam ligadas “[...] a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito” (PEDRO, 2005, p. 78).

Inicialmente a categoria mulher foi empregada, em pesquisas, como uma possibilidade para dar visibilidade para a mulher, pois “[...] era como *Mulher* que elas reafirmavam uma identidade, separada da de *Homem*” (PEDRO, 2005, p. 80). Na perspectiva historiográfica, como em outras áreas, os discursos estavam centrados na figura do homem enquanto sujeito universal. Na história, os sujeitos privilegiados eram os grandes homens, principalmente ligados ao Estado.

Como toda teoria é dinâmica e procura responder às questões da realidade, a categoria mulher foi contestada, principalmente por pesquisadoras e feministas norte americanas. Estas passaram a perceber que o discurso feminista vinculado a uma identidade única não contemplavam suas demandas, pois existiam “mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. Ou seja, a categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las.” (Pedro, 2005, p. 80). Isto fez com que a categoria “mulher” fosse repensada em torno de “mulheres”, pois não viviam de formas idênticas, suas pautas e problemas eram outras conforme o contexto, tempo, geração, etnia, classe, entre outras.

No final dos anos 1980, já haviam muitas pesquisas realizadas nas mais diversas áreas tendo como objeto de estudo as “mulheres” no plural. Entre as historiadoras brasileiras deste período podemos citar: Maria Odila da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, Rachel Soihet, Mary Del Priore, Eni de Mesquita Sâmara, Leila Algranti, Paula Figueiredo, Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff, entre outras. Foi justamente no bojo de uma intensa produção e grande debate teórico e político que muitas estudiosas/os passam a empregar o termo gênero.

O termo gênero ficou mais conhecido após a divulgação das pesquisas realizadas pelo psiquiatra Robert Stoller em 1968. Este utilizava gênero para diferenciar do termo sexo, associado às condições biológicas. Surgia a dualidade sexo como algo biológico e gênero como algo cultural. Os trabalhos da antropóloga norte-americana Gayle Rubin em 1975, também considerando a diferença entre sexo social/cultural e sexo biológico (ZIRBEL, 2007).

Como até o final do século XX, prevalecia a dualidade entre sexo, entendido como algo dado e imutável biologicamente e gênero, como uma construção cultural¹, a historiadora estadunidense Joan Scott, no artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado no Brasil em 1990, trouxe novas perspectivas para os estudos sobre mulheres. Cabe ressaltar, como aponta Scott, que feministas já vinham utilizando o termo, retirado da gramática, com o objetivo de evitar palavras que reforçassem o determinismo biológico. Além disso, permitia a elaboração de análises sobre a organização social das relações entre os sexos, evidenciando-as como construções culturais e históricas (PEDRO, 2005, p. 86 e SCOTT, 1990).

Assim, Joan Scott (1990) ao propor o uso do gênero como uma categoria de análise amplia teoricamente o campo. A autora explica que: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (p. 14). Se o gênero é a constituição de diferenças sexuais, Scott demonstra que era fundamental perceber como elas são construídas e ganham significados culturais ao longo do tempo e espaço. A constituição das diferenças hierarquiza as relações entre mulheres e homens. Juntamente com estas questões, o gênero é a primeira maneira de dar significado às relações de poder, que permeia todas as relações sociais e de gênero, consequentemente nas diferenças entre masculino e feminino.

A utilização da categoria gênero acrescia o olhar relacional, ou seja, a incorporação dos homens. Desta forma, entende-se que para perceber as “definições normativas da feminidade” teria que considerar as ações de homens e mulheres. A historiadora Joana Maria Pedro aponta que:

[...] o uso da categoria de análise *gênero* na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações

1 Para entender como estão as discussões atuais sobre a dicotomia gênero/sexo sugiro que confira as obras de BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 e PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrasssexual*. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014

entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero (PEDRO, 2005, p. 88).

Atualmente estudos como de **Judith Butler**, Raewyn Connell, Linda Nicholson entre outras, vem contribuindo para o entendimento da categoria gênero. As ideias destas autoras reavivam o debate, pois buscam perceber as relações de gênero por outros ângulos ainda não questionados por estudiosas, estudiosos e feministas.

Nestas três décadas que se passaram de estudos de gênero muito se avançou no desenvolvimento teórico e metodológico. Foram muitas as contribuições que fortaleceram os movimentos de mulheres, na busca por implantação de políticas públicas e legislações exclusivamente voltadas para as mulheres, surgiram muitos livros, revistas, diretrizes e programas educacionais².

Como vimos anteriormente, foi a partir da década de 1960, que a realização de um conjunto de estudos em diversas áreas do conhecimento corroborou para o aprofundamento teórico das categorias: mulher, mulheres e gênero. Se inicialmente o objetivo era dar visibilidade para as mulheres, destacar suas ações na sociedade e na história, bem como, denunciar as formas de dominação e construção das diferenças, pesquisadoras e pesquisadores, também perceberam que a compreensão do sistema de gênero é complexa, pois passa pela desconstrução dos seres humanos como sujeitos universais, envolve a compreensão de práticas sociais e culturais que impõem modelos ideais e busca explicitar como as relações sociais entre mulheres e homens são produzidas de forma desigual, permeadas por outras relações como de poder, de classe, de raça e de geração, por exemplo.

No Brasil o feminismo encontrou muitas barreiras para se firmar enquanto um campo político e teórico. A palavra feminismo/feminista foi utilizada de forma pejorativa, os grupos dominantes se empenharam em difundir muitos estereótipos e preconceitos sobre o movimento e suas participantes. Isto dificultava uma ação mais abrangente nas universidades, por esta razão muitas pesquisadoras optaram pela utilização de termos como Mulher, Estudos de Mulheres e gênero. Esta estratégia foi importante para agregar um número maior de pesquisadoras (feministas e não feministas). Em muitas universidades e centros de pesquisa o termo mulheres foi substituído por gênero, o que causou preocupações e embates teóricos (ZIRBEL, 2007).

Neste processo, ocorreu no Brasil que a categoria gênero foi confundida com o campo de estudos que a originou, ou seja, os estudos feministas. Isto causou preocupação, pois muitos estudos passaram a ser desenvolvidos desvinculados das práticas políticas feministas. A categoria gênero passou a ser criticada em dois aspectos: em seu entendimento e nos seus usos.

² Para aprofundamento e conhecer a trajetória da formação do campo historiográfico intitulado "História das Mulheres e das Relações de Gênero" no Brasil ver o artigo das estudiosas Rachel Soihet e Joana Maria Pedro intitulado *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero, publicado na Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.*

Ilze Zirbel (2007) em sua dissertação condensa estas críticas:

As críticas ao conceito aparecem agrupadas em torno de duas questões. A primeira diz respeito ao binarismo sexo-gênero (onde a ênfase recai apenas sobre o gênero e se deixou de questionar as elaborações teóricas tradicionais sobre o corpo, a natureza e o sexo) e a segunda se preocupa com a radicalização da ideia construtivista derivada deste conceito (onde tudo é relativizado, causando uma paralisia política). Além disso, o conceito expressaria a existência de inúmeras categorias da diferença (etnia, geração, classe, opção sexual, etc.), mas sem conseguir abarcá-las, o que implicaria a necessidade de sua resignificação para contemplar as demais interseções. As principais críticas ao uso do conceito podem ser resumidas na dificuldade em explicá-lo (a semântica do termo em português: um termo masculino com outros significados dentro da língua), na redução do seu aspecto relacional ao binarismo homem-mulher (ou masculino-feminino), na sua equiparação à categoria mulher (onde ocorre uma mera substituição de termos, implicando na descaracterização do conceito e em uma nova forma de invisibilidade da mulher: nomeada apenas de forma implícita), na apropriação do termo pelas instituições governamentais sem a carga crítica dos estudos feministas (à opressão e à subordinação da mulher), na ausência de uma postura crítica aos fundamentos sexistas da ciência (optando pela adaptação ao espaço acadêmico), e na ausência de um compromisso político mais claro em prol da superação das desigualdades no campo social. (ZIRBEL, 2007, p. 185).

Aos usos do gênero buscou-se elaborar propostas como:

[...] o retorno à categoria mulher (ressignificada, não-essencialista, entendida como categoria política, uma identidade positiva e capaz de aglutinar os mais diversos grupos no campo político, respeitando-lhes as diferenças), a utilização do conceito de gênero acompanhado dos conceitos de classe e patriarcado (para lidar com as demais formas de desigualdade social, exemplificadas na simbiose "patriarcado-racismo-capitalismo") e a reformulação do conceito para adaptá-lo aos eixos das políticas de redistribuição (focadas na classe e na problemática do trabalho) e das políticas de reconhecimento (focadas no status e nos valores sociais/culturais). (ZIRBEL, 2007, p. 186).

É inegável que a utilização da categoria gênero foi importante para a ampliação do campo de estudos, contudo ele deve ser entendido como resultado do desenvolvimento da teoria feminista e desta forma seu uso deve estar vinculado a prática política feminista.

Neste contexto, a teoria e crítica feministas subvertem o campo de estudos deslocando as abordagens para outros pontos, principalmente vinculados à classe e à raça. No início da década de 1990 o Movimento Feminista inicia uma nova faze de ações e discussões teóricas. É a chamada *terceira onda do feminismo*, iniciadas por pesquisadoras e feministas como uma resposta a desacordos teóricos e metodológicos como que apresentamos anteriormente. O principal foco das feministas da terceira onda era fugir das análises essencialistas sobre as mulheres, pautadas principalmente nas experiências das mulheres brancas de classe média-alta, do Ocidente. Para tanto, tornou-se importante explicar as diferenças entre as mulheres em termos de raça e de classe.

3 I FEMINISMO E O PÓS-COLONIALISMO

Entre as teorias absorvidas pelo feminismo está a “pós-colonial”. As abordagens pós-coloniais surgiram após os processos de libertação de mais da metade da população mundial do domínio direto dos países europeus, fenômeno que inicia-se na década de 1950 e encerra-se somente no início dos anos 1980. A partir de então muitas pessoas das localidades colonizadas invertem os fluxos migratórios que reproduziram as rotas coloniais. Muitas destas pessoas se tornaram intelectuais que passaram a escrever sobre o colonialismo e suas consequências para colonizados como para colonizadores. Entre os pensadores do pós-colonial podemos citar: **Edward Said, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Gayatri Spivak, Bill Ashcroft, Stuart Hall, Homi Bhabha e Boaventura de Sousa Santos**. Os diversos estudos são realizados em variadas áreas de conhecimento, tecendo críticas às narrativas eurocêntricas³.

A professora Claudia de Lima Costa explica que o pós-colonialismo é uma reação devido às categorias tradicionais não conseguirem mais dar conta de explicar as transformações do mundo globalizado, surge então como resposta “ao vácuo causado pelo capitalismo global, pela proliferação de novas tendências e instabilidades (políticas, sociais, econômicas e ideológicas) e pela complexificação das relações e assimetrias de poder” (COSTA, 2010, p. 46).

O pós-colonial foi acolhido dentro da teoria feminista, uma vez que:

Pode-se argumentar que a experiência feminista e a póscolonial, como observa Miriam Adelman, compartilham uma “epistemologia da alteridade”, promovendo, assim, o resgate ou a releitura de “experiências invisibilizadas, silenciadas ou construídas como um Outro da modernidade ocidental”. De fato, a ligação entre essas duas teorias críticas pode nos fornecer uma visão mais inclusiva de ambas as tendências e favorecer a produção de análises culturais, sociais e literárias que possam se articular entre si e que poderiam se configurar, como bem coloca Adelman, como sendo ao mesmo tempo feministas e pós-coloniais (ALMEIDA, 2013, p. 690).

Com certeza existem muitos pontos através dos quais se articulam os campos teóricos do feminismo e do pós-colonialismo, mas também muitas críticas. Neste sentido destacamos as críticas elaboradas por Ella Shohat em seu artigo “Notas sobre o pós-colonial” (1992) e Anne McClintock em “Couro Imperial” (2010). Devemos considerar que apesar da adesão ao pós-colonial, as críticas são importantes para o desenvolvimento do próprio campo, uma vez que alerta as pesquisadoras aos equívocos que os termos podem levar.

Para Shohat (1992) o termo pós-colonial veio em substituição ao termo “Terceiro Mundo”, que era ambíguo e entrou em crise com o fim do socialismo real na antiga União Soviética. Contudo, existem algumas das ambiguidades conceituais do termo “Pós” tendo em vista que sugere “um depois” do colonialismo. Assim, “o ‘pós-colonial’ implica tanto ir

³ A obra que inaugura esta corrente teórica foi “**Orientalismo**”, de Edward Said, publicada em 1978. Cf. SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

além da teoria nacionalista anticolonial como um movimento além de um ponto específico na história⁴ (SHOHAT, 1992, p. 102). Neste sentido, o “Pós-Colonial” tende a ser associado com os países do Terceiro Mundo que ganharam suas independências depois da Segunda Guerra Mundial. Ella Shohat aponta que “o ‘pós’ no pós-colonialismo sugere ‘após’ a extinção do colonialismo, está imbuído, à parte das intenções de seus usuários, de uma espaço-temporalidade ambígua” (SHOHAT, 1992, p. 102). O termo refere-se também as circunstâncias da diáspora do Terceiro Mundo das últimas quatro décadas, desde o exílio forçado até a imigração voluntária dentro das metrópoles do Primeiro Mundo. Pode favorecer análises que coloquem, em um mesmo plano, experiências de indígenas e da elite branca de um país colonizado, ou ainda falar da experiência a partir dos colonizados. Está grande elasticidade do termo é a questão mais complicada para Ella Shohat.

A inquietação com a ambiguidade espaço-temporal também foi apresentada por Anne McClintock em sua obra *“Couro Imperial”* (2010). Para a historiadora o termo coloca um novo binarismo, o colonial/pós-colonial, pois reorienta o tempo global ao começo do colonialismo (1492), tempo histórico marcadamente europeu. A análise pode ser borrada se não for considerado as especificidades das diferentes realidades das áreas colonizadas, nas quais os contextos pós-coloniais são bem diferentes (MCCLINTOCK, 2010, p. 30).

Outra perspectiva teórica importante para a crítica feminista diz respeito à desconstrução dos paradigmas do conhecimento ocidental apresentada pela crítica indiana Gayatri Chacravorty Spivak em seu artigo intitulado “Pode o subalterno falar?”⁵ Este texto é um marco fundador do pós-colonialismo. A escritora indiana participava do grupo *Subaltern Studies*⁶ que tinha entre seus objetivos “dar voz” á grupos e classes subalternos indianas, contudo ela parte de “uma crítica aos esforços atuais do Ocidente para problematizar o sujeito, em direção à questão de como o sujeito do Terceiro Mundo é representado no discurso ocidental” (SPIVAK, 2010, p. 20).

Sandra Regina Goulart Almeida, no prefácio do livro “Pode o subalterno falar?” (2010, p. 14), no qual ela foi também tradutora, explica que Spivak,

[...] refere-se ao fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um(a) outro(a). Esse argumento destaca, acima de tudo, a ilusão e a cumplicidade do intelectual que crê poder falar por este outro(a). [...] a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a) (SPIVAK, 2010, p. 14).

4 Tradução livre de SHOHAT, Ella. Notes on the post-Colonial. In: *Social text*, No. 31/32, Third World and PostColonial issues. Published by: Duke University Press, 1992, p. 99-113.

5 Este artigo foi publicado em 1985, no periódico *Wedge*, com o subtítulo “Especulações sobre os sacrifício das viúvas”. Em 1988 foi republicado na coletânea de artigos intitulada *Marxism and the Interpretation of Culture*, organizada por Cary Nelson e Lary Grossberg (SPIVAK, 2010, p. 10)

6 Fundados em 1982 por Ranajit Guha, os *Subaltern Studies* organizaram onze coletâneas de artigos sobre a história colonial indiana, intitulados *Subaltern Studies: Writings on South Asian History and Society*. “Na década de 1980, os *subaltern studies* se tornaram conhecidos fora da Índia, especialmente através dos autores Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak” (BALLESTRIN, 2013, p. 92).

A professora Chandra Talpade Mohanty, também indiana de nascimento, mas atuando nos Estados Unidos atualmente, é uma das principais teóricas do pós-colonialismo. Abordando também a questão da produção do conhecimento, mas relativo especificamente ao papel das feministas ocidentais em relação às mulheres do Terceiro Mundo. Em seu ensaio “Sob os olhos do ocidente”, publicado originalmente em 1986, a estudiosa afirma que as feministas ocidentais escrevem sobre as mulheres do Terceiro Mundo a partir de um estereótipo genérico, homogêneo e vitimado. Nas palavras de Mohanty são aquelas que levam “uma vida essencialmente incompleta com base no seu gênero feminino (leia-se: reprimida sexualmente) e sendo ela do ‘terceiro mundo’ (leia-se: ignorante, pobre, inculta, tradicional, doméstica, orientada para a família, vitimizada, etc.)” (MOHANTY, 1991, p. 56 *apud* BAHRY, 2013, p. 675). Por outro lado as feministas ocidentais se colocam no papel de salvadoras das mulheres terceiro mundistas. Isto ocorre devido a falta de percepção em relação as grandes diferenças existentes de um lugar para outro, no qual a realidade das “mulheres do sul” são muito diversas. As dificuldades das feministas do Terceiro Mundo ao serem ouvidas no movimento feminista mais amplo também são destacadas.

Além disso, discuto que os princípios analíticos que apresento a seguir servem para distorcer as práticas políticas feministas ocidentais e limitar as possibilidades de coalisões entre as feministas ocidentais (geralmente brancas) e as mulheres feministas de cor da classe operária ao redor do mundo. Estas limitações ficam evidentes ao se construir uma prioridade (implicitamente consensual) das questões em torno das quais, aparentemente, espera-se que todas as mulheres se organizem. A conexão necessária e total entre os estudos e a prática/organização política feminista determina a importância e o status dos escritos feministas ocidentais sobre as mulheres no Terceiro Mundo, pois os estudos feministas, como a maioria dos outros tipos de pesquisa, não abarcam meramente o conhecimento ‘objetivo’ sobre certo assunto: também é uma prática diretamente política e discursiva na medida em que tem um propósito e é ideológica. (MOHANTY, 1991).

Um conhecimento que parta das feministas do Sul Global é importante e reivindicado. Ele deve estar em diálogo com as feministas do Norte, porém sem ser dependente deste (colonizado). As mulheres e homens do Sul também produzem teorias explicativas que dão conta de nossas realidades e especificidades, sem ter que ter a autorização para serem reconhecidas. Neste sentido as/os pesquisadoras/es do pós-colonial passaram a propor uma nova produção da geopolítica do conhecimento, questionando o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico (BALLESTRIN, 2013).

4 | FEMINISMO E O GIRO DECOLONIAL

Na década de 1980 o pós-colonial já era bem aceito na América Latina, contudo representava algo muito diverso, pois causa muitas dúvidas e tensões uma vez que o pós-colonial surgiu na Europa e nos Estados Unidos vinculados às lutas para tratar de regiões que viveram processos imperialistas e de colonização nos séculos XIX e XX e na América Latina

este fenômeno é muito anterior, a luta pela independência não tinha o mesmo aspecto das lutas de libertação da África e Ásia, por exemplo.

Claudia de Lima Costa (2010, p. 48) expõe resumidamente como Slater define as divergências e entendimentos sobre o termo no contexto da América Latina:

Primeiro, o pós-colonial, diferentemente de outros pós (como pós-marxismo, pós-estruturalismo, pós-modernismo), pode ser definido em relação a um período histórico marcado pelo processo de colonização. Há aqui coordenadas históricas claras, embora a periodização do colonialismo e sua constituição interna variem bastante (basta vermos as diferenças entre a colonização na América Latina, na África e na Ásia). Segundo, o pós-colonial pode ser associado ao pós-moderno e ao pós-estrutural no sentido de que existe como uma forma de análise crítica, onde noções como diferença, agenciamento, subjetividade, hibridismo e resistência desestabilizam discursos eurocêntricos sobre a modernidade e enfatizam a inseparabilidade do colonialismo e do imperialismo na formação e difusão de valores iluministas. Terceiro, o pós-colonial pode ser utilizado para ressaltar o papel mutuamente constitutivo do colonizador e do colonizado (ou do centro e da periferia) na análise das relações de poder. Em outras palavras, em vez de vermos o poder percorrendo uma via de mão única em relação ao dominador/dominado, explorador/explorado, reconhecemos a interação dinâmica entre ambas entidades, bem como seus efeitos mútuos, embora diferenciados. Por último, o pós-colonial pode ser utilizado não apenas para mudar o foco da análise (como explicitado anteriormente), mas também para questionar a geopolítica da teoria metropolitana, colocando uma série de perguntas sobre o lugar de enunciação: Quem são os sujeitos do conhecimento? Onde estão situados? Para quem falam e teorizam? Como são traduzidos. (COSTA, 2010, p. 48-49).

Inspirados nos *Estudos Subalternos* intelectuais como Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Enrique Dussel, por exemplo, também não estavam satisfeitos com a geografia do conhecimento e fundam no início da década de 1990 o *Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos*, que no final da década dá origem a um outro grupo o *Modernidade e Colonialidade*.

Aníbal Quijano é o mais descontente com os Estudos Subalternos, pois “denuncia o ‘imperialismo’ dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que não realizaram uma ruptura adequada com autores eurocêntricos” (BALLESTRINI, 2013, p. 95). Inicia-se o movimento do *Giro Decolonial*.

Como elementos convergentes entre os projetos indiano e latino-americano podemos apontar: a) a apreciação do (neo)imperialismo/(neo) colonialismo como processo básico para pensar tanto a história do centro como a das periferias do globo; b) o reconhecimento da exclusão tanto concreta como epistêmica de amplos segmentos das sociedades pós-coloniais de recente emancipação política; c) uma crítica à narrativa histórica tanto a feita na metrópole quanto a de cunho nacionalista, por reproduzir essa exclusão e contar uma história das elites; d) a proposição de uma história a contrapelo, o que em ambos os casos leva a uma crítica de caráter transdisciplinar do próprio instrumental teórico e metodológico herdado pelos autores e autoras envolvidos, todos(as), em ambas as regiões,

com ampla inserção e relativa autoridade no mundo acadêmico anglo-saxão (BALLESTRIN, 2013).

Na obra *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*, de Eduardo Restrepo Axel Rojas (2010), os autores explicam de forma sintética o conceito de colonialidade e sua distinção com o termo colonialismo:

Distinción entre colonialismo y colonialidad. El colonialismo refiere al proceso y los aparatos de dominio político y militar que se despliegan para garantizar la explotación del trabajo y las riquezas de las colonias en beneficio del colonizador; como veremos, en diversos sentidos los alcances del colonialismo son distintos a los de la colonialidad, incluso más puntuales y reducidos. La colonialidad es un fenómeno histórico mucho más complejo que se extiende hasta nuestro presente y se refiere a un patrón de poder que opera a través de la naturalización de jerarquías territoriales, raciales, culturales y epistémicas, posibilitando la re-producción de relaciones de dominación; este patrón de poder no sólo garantiza la explotación por el capital de unos seres humanos por otros a escala mundial, sino también la subalternización y obliteración de los conocimientos, experiencias y formas de vida de quienes son así dominados y explotados. (RESTREPO e ROJAS, 2010, p. 15).

Uma contribuição decisiva foi o desenvolvimento do conceito de colonialidade do poder por Anibal Quijano, para explicar a continuidade das relações de poder dos países do Primeiro Mundo sobre os países do Terceiro Mundo nas diferentes esferas societárias.

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de “raça”. Essa idéia e a classificação social baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (QUIJANO, 2010, p. 4).

Conceitos como colonialidade do poder, colonialidade do saber e “colonialidade do ser” (Maldonado-Torres), também foram desenvolvidos e dão continuidade ao projeto decolonial.

Estas teorias podem ser um referencial importante para as pesquisas feministas, um vez que a categoria de gênero se articula a outras como classe e raça trazendo uma perspectiva menos essencializada a partir das realidades vividas por mulheres da América Latina e a partir das experiências destas. Como afirma Claudia de Lima Costa:

A produtividade do conceito de colonialidade do poder está na articulação da idéia de raça como o elemento *sine qua non* do colonialismo e de suas manifestações neocoloniais. Quando trazemos a categoria de gênero para o centro do projeto colonial, podemos então traçar uma genealogia de sua formação e utilização como um mecanismo fundamental pelo qual o capitalismo colonial global estruturou as assimetrias de poder no mundo contemporâneo.

Ver o gênero como elemento estruturador (e não subordinado) da colonialidade do poder, ou seja, como categoria colonial, também nos permite historicizar o patriarcado, salientando as maneiras pelas quais a heteronormatividade, o capitalismo e a classificação racial se encontram sempre já imbricados. Ao centralizar, através do conceito da interseccionalidade, o entrelaçamento do gênero com a raça, a classe e a sexualidade, abrimos um caminho para o projeto feminista de descolonização do saber. (COSTA, 2010, p. 50).

Os conceitos desenvolvidos a partir do *giro decolonial* unidos com a interseccionalidade de gênero, raça, classe e geração permitem enxergar aspectos da colonialidade das mulheres do sul que não são perceptíveis quando vistos isoladamente. Esta operação é fundamental para um projeto de descolonização das mulheres latino-americanas e para construção de uma matriz de saberes próprio.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que as teorias feministas apresentam grande dinamicidade e as categorias e conceitos são discutidos subvertendo e expandindo o campo teórico. Desta maneira o surgimento da categoria de gênero foi importante, pois ampliou as possibilidades de análise, contudo encontrou problemas ao causar certa despolitização em torno das demandas feministas. Como mostra Cláudia de Lima Costa (1998) uma das preocupações era de que,

Embora não tenha sido exatamente uma “influência estrangeira sinistra” (muito pelo contrário), o gênero como categoria de análise permitiu uma certa despolitização dos estudos feministas na academia latino-americana. Visto que os termos “feminismo” e “teorias feministas” estavam associados a posturas radicais e pouco sérias em termos científicos, muitas estudiosas da área adotaram a rubrica “estudos de gênero”, mantendo assim o “rigor” e a “excelência” científicas (segundo definições positivistas) e conquistando um espaço seguro dentro do cânon acadêmico ao invés de desafiá-lo (objetivo que marcou o fazer das teorias feministas norte-americanas desde sua inserção acadêmica). (COSTA, 1998, p. 131).

Neste sentido a teoria pós-colonial descentra o gênero e abre espaço para produção de outras análises tendo por base pressupostos epistemológicos e metodológicos elaborados com base na constituição histórica, cultural, social e principalmente racial que ao mesmo tempo entenda de forma mais completa a realidade das mulheres latino-americanas possibilitem espaços de fala e de produção próprios. Como explica María Lugones:

O que estou propondo ao trabalhar rumo a um feminismo decolonial é, como pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendermos umas sobre as outras sem necessariamente termos acesso privilegiado aos mundos de sentidos dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista decolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar

a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial. A leitura move-se contra a análise sociocientífica objetificada, visando, ao invés, compreender sujeitos e enfatizar a subjetividade ativa na medida em que busca o lócus fraturado que resiste à colonialidade do gênero no ponto de partida da coalizão. Ao pensar o ponto de partida desde a coalizão, porque o lócus fraturado é comum a todos/ as, é nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir, aprendendo umas sobre as outras. (LUGONES, 2014, p. 948).

Essa nova geopolítica do conhecimento abre brechas nas quais se reestruturam e reforçam o feminismo como também rompe com teorias que falam por alguém ou em seu nome.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 2/2013. p. 689-700.
- BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 2/2013. p. 659-688.
- BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 11, p. 89-117, 2013.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Cláudia de Lima. O Tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 127-140, 1998.
- _____. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. *Fragmentos* (UFSC), v. 39, p. 45-59, 2010.
- _____. Feminismos e pós-colonialismos. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 21, p. 655-658, 2013.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. . *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3/2014. p. 935-952.
- McClintock, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Feminist Review*, n. 30, p. 61-88, 1988. (Tradução de Maria Isabel de Castro Lima)
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis, vol.8, n.2, p. 09-41. Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98.

PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. In: *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 200, p. 33-43.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, v. 37 (2002), p. 4-28.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. 221 2015 Colonialidade do poder como meio de conhecimento: em torno de seus limites e potencialidades explicativas Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf> . Acesso em: 20/12/2017.

RESTREPO, Eduardo e ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán: Universidad del Cauca, 2010.

SCOTT, Joan. “La querelle des femmes” no final do século XX. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2/2001. p. 367-388.

_____. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

SHOHAT, Ella. Notes on the post-Colonial. In: *Social text*, No. 31/32, Third World and PostColonial issues. Published by: Duke University Press, 1992, p. 99-113.

SOIHET, R. História das Mulheres. IN CARDOSO, C.F. e VANTAS. R. (ORG.) *Domínios da História: ensaio de metodologia e teoria*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, p. 281-300, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG (2010 [1985]).

ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptação 5, 87, 90, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 110

Adoção homoafetiva 81

C

Consentimento 4, 5, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 84

D

Decolonial 1, 2, 8, 9, 10, 11, 12, 13

E

Educação sexual 4, 5, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 29, 30, 33, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 99

Educación superior 4, 5, 48, 51

Estereotipo de género 48

Exclusión social y educativa 48

F

Família homoafetiva 81

G

Gênero 2, 4, 5, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 40, 44, 45, 46, 48, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 111

H

Homossexualidade feminina 93, 94, 96, 97, 99

I

Invisibilidade lésbica 93

L

literatura 14, 17, 52, 55, 82, 83, 91, 105, 111

Literatura 18, 101

M

Mudança de sexo 61, 62, 63, 67, 68, 77

Multidisciplinar 4, 5, 61, 62, 63, 69, 72, 77

P

Performance de gênero 93, 97

Personagem feminina 101

Pós-colonial 1, 2, 6, 7, 8, 9, 11

Práticas educativas 14, 22, 23, 27

Preconceito 22, 25, 34, 71, 74, 77, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 111

Professores 14, 15, 16, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 30, 34, 38

Proteção jurídica da pessoa 61, 63

R

Representaciones sociales 4, 5, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 60

S

Saúde 4, 5, 18, 19, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 39, 46, 61, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 92, 96, 99

Sexualidade 4, 5, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 63, 66, 79, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 106, 108, 110

T

Teorias feministas 4, 5, 1, 2, 11

Transgêneralização 61, 63, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76

V

Violência sexual 37, 40, 82

W

Websérie 4, 6, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 110

Entre sexo e gênero:

Compreensão e não explicação



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Entre sexo e gênero:

Compreensão e não explicação



-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br